Dia 2: Texto para Discussão #10

Como o movimento pode fortalecer sua representação e engajamento em órgãos e fóruns internacionais

a. Introdução

O advocacy é uma função fundamental da CGE para promover e defender o direito humano à educação. É um processo político que envolve abordagens estratégicas diferenciadas, visando fortalecer o movimento e acabar com a exclusão na educação, trazendo assim transformações e mudanças duradouras.

O trabalho de advocacy da CGE é baseado em evidências, inspirado por sua Constituição, estatutos, resoluções políticas, resumos e pesquisas. Este processo envolve a realização de ações abrangentes em múltiplos níveis, através de uma série de atividades, com diversas partes interessadas a fim de ceder influência política, buscar o diálogo, persuadir e, assim, influenciar as decisões para abordar: as tendências regressivas do financiamento nacional e internacional para a educação, a privatização, as visões reducionistas sobre o desenvolvimento do currículo e as barreiras que afetam a população discriminada.

O conteúdo educacional, seu poder transformador, o papel dos professores (incluindo sua educação e formação inicial), o direito à educação das pessoas com deficiência e a luta pela igualdade de gênero são, entre outras, questões de grande interesse para o trabalho de advocacy da CGE e não podem ser separadas de outras questões relacionadas ao acesso e oferta educacional.

O advocacy está no centro de nosso trabalho, alimenta e repercute nos níveis global, regional e nacional e na diversidade dos espaços, fóruns e ambientes em que a CGE trabalha. A inter-relação entre os diferentes níveis é essencial para maximizar nosso impacto. Desta forma, o advocacy internacional deve ser inspirado por ações locais e nacionais, permitindo uma melhor compreensão das tendências e lacunas.

b. Análise do contexto e como isso se relaciona com a CGE

O advocacy internacional combina várias linhas de ação e estratégias de trabalho, incluindo a comunicação, relações públicas, alcance técnico e, obviamente, o trabalho político.

O desenvolvimento destas linhas de ação está baseado no plano estratégico da CGE e em termos operacionais aspira a construir um entendimento e uma linguagem comum em relação às prioridades do movimento.

Isto permite à CGE adotar mecanismos apropriados para que nossas mensagens tenham visibilidade em fóruns internacionais e ajudem a identificar aliados a nossas causas.

Os processos de advocacy da CGE geralmente recebem feedback de nossos parceiros (sejam eles agências da ONU, instituições acadêmicas e filantrópicas e até mesmo governos), mas às vezes cabe à CGE manter uma posição forte diante das tentativas de forças retrógradas, como é o caso dos atores que buscam aumentar a privatização ou que rejeitam a igualdade de gênero.

Geralmente encontramos em nosso trabalho de advocacy internacional dois cenários, que não são mutuamente exclusivos:

a. Fóruns destinados a responsabilizar os Estados, tais como as sessões da Revisão Nacional Voluntária (FPAN), a Revisão Periódica Universal (Conselho de Direitos Humanos da ONU) ou sessões de Órgãos de Tratado nas quais os relatórios dos Estados são examinados.

b. Espaços típicos para a tomada de decisões e coordenação, tais como a Parceria Global para a Educação, A Educação Não Pode Esperar, UNESCO-CCNGO, FPAN Principais Grupos e outras Partes Interessadas. As conferências internacionais geralmente também são eventos nos quais é possível realizar atividades de advocacy, especialmente aquelas nas quais participam atores políticos e institucionais.

Como mencionado, às vezes a prestação de contas, as atividades de advocacy e coordenação podem coincidir no tempo e no espaço e é comum que a CGE considere essas oportunidades em seu trabalho.

O contexto internacional no qual a CGE trabalha é extremamente complexo e às vezes faz com que seja necessário desenvolver intervenções oportunistas, conforme a necessidade surge.

Este contexto também envolve atores privados, especialmente os atores do setor empresarial, que fizeram avanços no espaço que antes era destinado exclusivamente às organizações da sociedade civil. Vemos uma série de empresas, corporações e suas fundações se apresentarem como se tivessem alguma representação ou círculo eleitoral. Infelizmente, conseguiram chamar a atenção das agências e organizações das Nações Unidas, enfraquecendo o papel privilegiado da sociedade civil.

Outros atores institucionais, como bancos de desenvolvimento internacional, grupos de reflexão conservadores e organizações mistas de empresas e governos, continuam a manter atividades erráticas em torno das políticas de educação internacional sem uma direção clara, confundindo a comunidade internacional com a duplicação de iniciativas e a diluição de recursos.

Estes fenômenos enfraqueceram os organismos multilaterais e atrasaram a agenda de desenvolvimento.

c. Questões-chave que os membros da CGE devem considerar

O movimento é chamado a fortalecer seu engajamento em todos os níveis, dado que a inter-relação entre os âmbitos nacional e internacional é cada vez mais evidente. É essencial construir estruturas de ação estratégica que permitam combinar as particularidades locais com as demandas internacionais. Isto é possível graças à relevância da Agenda de Educação 2030 e à relação vinculante estabelecida pelos instrumentos de direitos humanos.

O alinhamento das políticas e planos de cada membro com a constituição e o plano estratégico da CGE é fundamental para fortalecer todas as atividades de advocacy.

Os membros da CGE devem considerar seriamente o fortalecimento de suas capacidades de elaboração de relatórios. Relatórios destacados, por exemplo, são instrumentos do mais alto valor em todos os eventos e fóruns de prestação de contas e podem ser importantes documentos de referência para atividades de pesquisa, assim como para comunicações. A produção de relatórios é uma prática permanente que a CGE incentiva.

d. Questões importantes para apoiar a discussão

Que obstáculos precisam ser superados para conseguir um melhor alinhamento entre os níveis nacional, regional e global?

Que medidas devem ser tomadas para aproximar o processo de apresentação de relatórios dos órgãos designados para a prestação de contas do Estado?

O setor privado pode ser útil para a CGE? De que forma e com que estratégias?

Como a CGE deve melhorar a participação dos jovens?